


ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE
BIRIGUI - SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

Diretoria de Materiais

Certifico que recebi este expediente na
Diretoria de Materiais às 13 : 07 h
do dia 15 / 02 / 2019.



Servidor Responsável

Pregão presencial nº 003/2019

ANDRÉ GUSTAVO COSTA GONÇALVES & CIA LTDA. - ME.,
já qualificada no processo licitatório, por seu representante legal abaixo
assinado, vem respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, no prazo
estabelecido no inciso XVIII, art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e nos termos do
próprio Edital do **Pregão Presencial 03/2019**, contra o resultado do
DESCREDECIMENTO, supramencionada, pelo que passa a expor,
fundamentar, para o final requerer o que se segue:

1 - DOS FATOS

A subscrevante tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital do Pregão Presencial nº 03/2019, tipo Menor Preço Por Lote, que tem como objeto “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS), COM FORNECIMENTO DE METODOLOGIA PRÓPRIA, DESTINADOS AOS ALUNOS DO 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DE 2.019, PODENDO SER PRORROGADO HAVENDO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II.”

O Objeto da licitação é constituído de um Lote com dois Itens, quais sejam, proposta metodológica que na verdade é VENDA DE MATERIAL DIDÁTICO e o serviço de professores (TERCEIRIZAÇÃO), constituindo assim a venda casada de dois itens distintos em um único objeto, o que por si só já é ilegal em face da ilegal AGLUTINAÇÃO dos itens, qual seja, MATERIAL E SERVIÇO, onde o material está mascarado na forma de proposta metodológica.

No dia 12 (DOZE) de fevereiro de 2.019, as 08h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Birigui - SP, local e hora designados para a abertura dos envelopes do presente certame, compareceram para a licitação 3 (TRÊS) empresas que entregaram seus credenciamentos, todas representadas na presente na sessão.

De plano e sem mais delongas o Sr. Pregoeiro não CREDENCIOU a recorrente pelos seguintes argumentos

“Em relação ao credenciamento da empresa ANDRÉ GUSTAVO COSTA GONÇALVES & CIA LTDA – ME, observou-se que no Contrato Social apresentado pela empresa em momento algum, aponta objeto compatível ou mesmo similar ao objeto do presente certame. Visando maior transparência e buscando embasar qualquer decisão prévia por

parte do Pregoeiro, este procedeu com diligência junto ao portal eletrônico da Junta Comercial do Estado (JUCESP) o qual não consta objeto de atividade da empresa compatível ou similar ao solicitado no certame. Ademais, procedeu-se com diligência ao Portal Eletrônico da Receita Federal, e ao analisar o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), verificou-se que o mesmo consta o CNAE 85.99.6.99 – Outras Atividades de ensino não especificadas anteriormente. Em consulta efetuada à tabela do CNAE, verificou-se que a atividade 85.99.6.99 não compreende em sua subclasse o CNAE 8593-7/00 Ensino de Idioma. Considerando que o edital em suma traz com expressa clareza, em sua cláusula 2.1 que poderão participar todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições do credenciamento deste edital. Ante a falta de comprovação da compatibilidade ou sequer similaridade do objeto, o representante da empresa foi questionado para que demonstrasse de forma clara e em sua documentação de credenciamento, a eventual compatibilidade com o objeto do certame, o que não ficou comprovado. Considerando que constitui obrigação da empresa manter-se em conformidade com a lei, devendo para tal promover a alteração de seu objeto social e dos respectivos registros antes de iniciar a prática de tais atividades, e considerando ainda que o prosseguimento no credenciamento da referida empresa expõe a riscos a administração, bem como realizada toda diligência possível antes de qualquer ato, decide-se pelo NÃO CREDENCIAMENTO da referida empresa.” Grifos nosso.

Cumprе salientar que as diligências direcionadas a descredenciar o licitante e, da forma acima exposta pelo Sr Pregoeiro, só se efetivaram com relação a Recorrente, sendo que para os demais não foram diligenciados, demonstrando que todo o Rigor excessivo empregado era tão somente para com a licitante ora recorrente.

Como dito alhures o presente objeto é constituído de 1 (um) LOTE de 2 (dois) ITENS, Venda de Livros e a Contratação de professores, oportuno salientar ainda que o Valor da VENDA DOS LIVROS ou da proposta metodológica se constitui como a parcela de maior relevância do objeto licitado, ou seja, a empresa detentora de registro em venda de livros não poderia ser

excluída do certame posto que a parte mais relevante está ligada diretamente a seu objeto contratual.

No mais a empresa é especializada em Soluções educacionais e ainda no apoio educacional, sendo, portanto similar e ou semelhante o objetivo social da empresa e o objeto licitado.

Passado o fatídico CREDENCIAMENTO e suas ilegalidades, FORAM ABERTAS AS PROPOSTAS OFERTADAS DAS EMPRESAS ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES S/C LTDA – ME E CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI – EPP, abaixo descritas:

LICITANTE PROPONENTE - ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES S/C

LOTE 01 – Item 01					
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR 12 MESES
MATERIAL DIDÁTICO PARA ENSINO DA LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA (Inglês)	6.001 UN	KIT SPAGHETTI KIDS EDIÇÃO ATUALIZADA	127,58		765.607,58 56,98% do valor da proposta MATERIAL DIDÁTICO

LOTE 01 – Item 02					
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR 12 MESES
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR ENSINO DE LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	10.160 UN	CCI Centro de Comunicação Inglesa	56,89		R\$578.002,40 43,02% do valor da proposta serviços
TOTAL DA PROPOSTA 1.343.609,98					

LICITANTE PROPONENTE - CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI -

EPP

LOTE 01 – Item 01					
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR MESES 12
MATERIAL DIDÁTICO PARA ENSINO DA LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA (Inglês)	6.001 UN	CCAA	R\$136,79	R\$68,406,40	R\$820.876,80 61,09% do valor da proposta MATERIAL DIDÁTICO

LOTE 01 – Item 02					
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR MESES 12
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR ENSINO DE LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	10.160 UN	CCAA	51,45	R\$43.561,00	R\$ 522.732,00 38,90% do valor da proposta serviços
TOTAL DA PROPOSTA 1.343.608,80					

A EMPRESA QUE SE SAGROU VENCEDORA FOI A EMPRESA CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI – EPP COM O VALOR DE **R\$1.183,000,00 (Um milhão cento e oitenta e três mil reais)**, ou seja, 12,96% menor ao preço orçado, sendo que do valor total **63,09% é material didático (R\$ 746.354,70) e 38,90% é serviço (R\$ 460.000,00).**

Como se vê das duas propostas a parcela de maior relevância do objeto licitado é a VENDA DE LIVROS e, portanto ILEGAL O DESCREDENCIAMENTO direcionado exclusivamente a empresa Recorrente.

Note-se Senhor Pregoeiro que a empresa recorrente é comerciante de Livros, e foi descredenciada, doutro lado a empresa licitante ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES S/C LTDA –ME mesmo não tendo em seu objeto a venda de livros, participou tranquilamente do certame e sem que lhe fosse impingida qualquer diligência ou descredenciamento. Rigor excessivo para um lado e atuação branda e protecionista aos licitantes concorrentes do município de Birigui.

O RIGOR EXCESSIVO retirou do certame a Recorrente e se o fundamento legal utilizado fosse o correto o mesmo deveria acontecer com a ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES S/C LTDA – ME que não é comerciante de Livros e mesmo assim participou do certame.

Sendo assim, inobstante o costumeiro acerto da Sr. Pregoeira, no caso em tela, não há motivação e fundamento jurídico para o ilegal DESCREDENCIAMENTO da Recorrente **ANDRÉ GUSTAVO COSTA GONÇALVES & CIA LTDA. – ME**, devendo Vossa Senhoria rever a decisão para CREDENCIAR a recorrente e nos termos do inciso XIX do artigo 4º da Lei 10.520/2002 aproveitar todos os atos suscetíveis de aproveitamento conforme determina a Lei acima disposta.

2 – DO ILEGAL DESCREDENCIAMENTO DO RECORRENTE

A DECISÃO proferida pelo Sr. Pregoeiro de DESCREDENCIAR a empresa recorrente tendo em vista a existência incompatibilidade do objeto do contrato social com aquela prevista para o objeto da licitação, é ilegal e não pode prosperar.

Entende-se que a compatibilidade entre o ramo de atividade da pessoa jurídica e o objeto do contrato administrativo não pode ser interpretada de forma restritiva, devendo a verificação estar atrelada a comprovação de sua capacidade técnico-operacional, através da apresentação de atestados que comprovem que atua efetivamente no ramo e já executou atividade compatível

em características, quantidades e prazos com a licitada, exigência omissa no presente certame.

Baseado no item 2.1 do edital fora proferida a ilegal decisão:

Considerando que o edital em suma traz com expressa clareza, em sua cláusula 2.1 que poderão participar todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições do credenciamento deste edital.

O item 2.1 do edital traz a seguinte redação:

2.1 – Poderão participar todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencham as condições do credenciamento constantes deste edital.

Como já dito alhures a empresa NÃO CREDENCIADA e ora Recorrente é constituída como empresa de apoio educacional e Comércio de Livros entre outros objetivos sociais pertinentes a EDUCAÇÃO, devendo pois ser credenciada no presente certame.

Definitivamente Sr. Pregoeiro, não há na Lei de Licitações e nem no ordenamento jurídico do Brasil a exigência de que o objeto social da empresa contemple exatamente ao que está sendo pretendido pela Administração, mas no caso em tela os objetivos da empresa que é o Comercio de Livros e o Apoio educacional encontra similaridade com o objeto licitado, sendo portando ilegal o não credenciamento da Recorrente.

O objeto social de empresa Recorrente não é divergente ao objeto da licitação e, não pode constituir essa alegação infundada motivo para impedir a sua participação em licitação, isso porque viola os Princípios basilares da Licitação.

É ilegal Sr. Pregoeiro o impedimento à participação da Licitante Recorrente com base apenas em divergência entre as atividades descritas em

seu Contrato Social, ou mesmo no seu Cadastro junto a Receita Federal, com o objeto da licitação.

Conforme disposto no ordenamento jurídico brasileiro, os atos praticados fora dos limites do objeto social, mas em conformidade com o ramo da atividade desenvolvida pela pessoa jurídica, não são considerados inválidos, como quer fazer crer Vossa Senhoria.

Se Vossa Senhoria compulsar o Diário Oficial do Estado de São Paulo, verá que a empresa é conhecidíssima da administração pública, zelando de vários contratos e pela execução de bons serviços, é detentora de inúmeros atestados de qualificação técnica. **Aliás qualificação técnica é a parte suprimida do edital.**

A empresa apresentou todos os documentos insertos no item 3 do edital para o CREDENCIAMENTO e mesmo assim não foi credenciada e ainda com ilações genéricas de Vossa Senhoria de que o Credenciamento exporia em risco a administração local.

(...)Considerando que constitui obrigação da empresa manter-se em conformidade com a lei, devendo para tal promover a alteração de seu objeto social e dos respectivos registros antes de iniciar a prática de tais atividades, e considerando ainda que o prosseguimento no credenciamento da referida empresa expõe a riscos a administração, bem como realizada toda diligência possível antes de qualquer ato, decide-se pelo NÃO CREDENCIAMENTO da referida empresa.” Grifos nosso.

É cediço que Princípio da Licitação fulcral e o da ampla concorrência. Portanto o descredenciamento do Recorrente por ausência de similitude do objeto social com aquele indicado como de interesse de aquisição pela Administração não encontra respaldo na legislação de regência.

A propósito a decisão proferida sem fundamento sobre a incompatibilidade do objeto social e o escopo da licitação, não encontra

previsão em nosso ordenamento jurídico do princípio da especialidade da personalidade jurídica, bastando para habilitação jurídica apenas o preenchimento dos requisitos do Art. 28 da Lei 8.666/93.

O Art. 28 da Lei 8.666/93 que trata da documentação relativa a habilitação jurídica é taxativo e não comporta interpretação extensiva de modo, principalmente, a restringir a participação do maior número possível de concorrentes.

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

A documentação exigida para o credenciamento e habilitação, foi apresentada pelo Recorrente apresentou o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, demonstrando ser empresa de comércio de livros e de apoio a Educação, e mesmo assim foi injustamente descredenciada pelo Sr. Pregoeiro.

A Recorrente está apta a contratar com a Administração Pública em geral pois está legalmente constituídas nos termos da lei, com seus atos constitutivos registrados na junta comercial, e que preencham os requisitos para contratação de modo geral.

A descrição da atividade idêntica no contrato social, portanto, não será uma amarra para o credenciamento e a habilitação jurídica da pessoa jurídica, pois impossível a empresa constituir-se de tantas e quantas nomeações dadas a uma mesma aquisição.

O objeto da presente licitação nada mais é que UMA AQUISIÇÃO CASADA DE LIVROS (MATERIAIS) E TERCEIRIZAÇÃO DE PROFESSORES (SERVIÇOS), mas o Sr. Pregoeiro prolixamente estendeu o objeto a 6 (seis) extensas linhas dificultando o CREDENCIAMENTO e HABILITAÇÃO de concorrentes.

É cediço que, o critério adotado para analisar a capacidade técnica dos licitantes definitivamente não é o contrato social da empresa. A capacitação técnica é prevista no Art. 30 da Lei 8.666/93 e deve estar expressamente justificada suas razões e motivos no Edital, que a definirá de forma clara e com critério de julgamento objetivo.

Sem dúvida alguma é ilegal o impedimento à participação de licitantes com base apenas em divergência entre as atividades descritas em seu Contrato Social, ou mesmo no seu Cadastro junto a Receita Federal, com o objeto da licitação, devendo pois Vossa Senhoria Reformar a decisão proferida para rever a decisão para CREDENCIAR a Recorrente e nos termos do inciso XIX do artigo 4º da Lei 10.520/2002 aproveitar todos os atos suscetíveis de aproveitamento conforme determina a Lei acima disposta. .

4 – OBJETO DA LICITAÇÃO – LICITAÇÃO CASADA - AGLUTINAÇÃO ILEGAL EM UM ÚNICO LOTE DE MATERIAL E SERVIÇO.

Nos termos do § 1º do artigo 23 da Lei 8.666/93, a regra é a de que se deve proceder ao fracionamento do objeto licitatório, com vistas a ampliar a competitividade e o universo de possíveis interessados. Assim, inexistindo inviabilidade de ordem econômica ou técnica, não há razão para o não-fracionamento.

O OBJETO DA PRESENTE licitação como se verifica é plenamente divisível, visto que a composição da proposta, item 7.11.1 – d1.1 e d1.2, é composta de 2 (dois) itens autônomos venda de material didático e serviço de professores, e como tal deveria ser licitada item por item podendo o lote ser vencido por duas empresas específicas e autônomas e ainda aumentar a concorrência.

O item 13 que trata DA ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO, assim dispõe:

13.1 – A Adjudicação será feita por LOTE.

13.2 – As licitantes classificadas nos termos da presente licitação serão convocadas para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação, assinar o Contrato (Anexo VII). O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que solicitado por escrito pela adjudicatária durante seu transcurso, e comprovado motivo justo, aceito pela Administração. (grifo nosso)

As licitantes classificadas pressupõem que há a possibilidade de os dois itens serem vencidos por uma ou mais empresas, ocorre que a os lances foram globalizados não permitindo a disputa em cada item.

Como dito alhures estamos diante de uma aglutinação ilegal de itens na presente licitação, qual seja, o ITEM 1 e mais relevante é a venda de material didático, que está ilegalmente aglutinado ao serviço que permite a prorrogação contratual.

O edital de forma também genérica prevê a prorrogação do contrato, mantida as demais cláusulas, ocorre que a aglutinação ilegal dos itens não permite que os contratos tenham prorrogações visto que é inadmissível a prorrogação contratual de aquisição de bens.

Os serviços podem mediante parecer fundamentado ser considerados contínuos e terem sua prorrogação dilatada conforme sugere o edital, ocorre que o MATERIAL DIDÁTICO não suporta prorrogação como se verifica nos serviços contínuos, tornando ilegal qualquer prorrogação contratual que renove a aquisição do serviço e do material.

É vedada a licitação casada diante dos princípios fundamentais da IGUALDADE e COMPETITIVIDADE, uma vez que MATERIAIS e SERVIÇOS como no caso presente ser licitados separadamente, vez que não houve parecer fundamentado que justificasse tecnicamente ou economicamente a adoção da forma casada e ou aglutinada ilegalmente.

O procedimento de Aquisição de Material casado com serviços representa manobra prejudicial a Administração visto que o valor da aquisição do material didático no valor de Material didático R\$ 124,37 valor unitário, está muito aquém de várias licitações deste mesmo item.

A EMPRESA QUE SE SAGROU VENCEDORA FOI A EMPRESA CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI – EPP COM O VALOR DE R\$1.183,000,00 (Um milhão cento e oitenta e três mil reais), ou seja, 12,96% menor ao preço orçado, sendo que do valor total 63,09% é material didático (R\$ 746.354,70) e 38,90% é serviço (R\$ 460.000,00).

A empresa vencedora deste certame, CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI – EPP, em agosto passado sagrou-se vencedora de certame com características muito semelhantes aos desta administração (contrato anexo); do Município de Braúna/SP, ou seja, IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE INGLES, com aglutinação de itens (material e serviço), sendo que o edital e o contrato não detalham especificamente e, claramente os valores de cada item da implantação do Ensino de Inglês, tornando o contrato obscuro, no que se refere a transparência da contratação.

Bom salientar ainda que a **terceirização da mão de obra dos professores da língua inglesa é atividade complexa e que demandam inúmeras subjetividades e, como visto acima o valor da contratação do serviço é muito inferior do que se gastará com o material.**

Necessário que a empresa vencedora proceda também a composição unitária dos preços do serviço e do material a ser empregado.

Diante da aglutinação ilegal e da possibilidade de se configurar Licitação casada é que se requer diante dos fatos aqui narrados seja declarada insubsistente o presente certame, para que sejam ainda corrigidas as ilegalidades para maior concorrência.

REQUERIMENTOS:

Diante do exposto **requer** à Vossa Senhoria que pelas considerações aqui tecidas no decorrer da presente peça e, de tudo mais que consta nos presente processo licitatório, acatar integralmente o presente recurso para:

a) **Requer** seja o Recorrente **ANDRÉ GUSTAVO COSTA GONÇALVES & CIA LTDA. – ME**, devidamente credenciado, **requerendo** para tanto de Vossa Senhoria a reversão da decisão de não CREDENCIAR a recorrente e, nos termos do inciso XIX do artigo 4º da Lei 10.520/2002 aproveitar todos os atos suscetíveis de aproveitamento conforme determina a Lei acima disposta.

b) **diante da aglutinação ilegal e da Licitação casada (material + serviço) é que se requer seja em face das ilegalidades revogada a presente, para que sejam corrigidos os vícios evidentes.**

c) **Requer ainda após o prazo de exercício do juízo de retratação (ART 109 § 4º DA LEI 8.666/93) dessa autoridade e não entendendo que procedentes as razões de recurso, requer o encaminhamento deste procedimento a apreciação da autoridade superior para que profira decisão motivada sobre o presente.**

Termos em que;
P. E. Deferimento.
Presidente Prudente, 14 de fevereiro 2.019.



ANDRÉ GUSTAVO COSTA GONÇALVES & CIA LTDA. – ME.
ANDRÉ GUSTAVO COSTA GONÇALVES

FÁBIO SOUZA DE LIMA
OABSP - 159120





**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA
ANDRE GUSTAVO COSTA GONÇALVES & CIA
LTDA ME**

ANDRE GUSTAVO COSTA GONÇALVES, brasileiro, casado, professor, portador do CPF 184.458.908-08 e RG 26.762.533 SSP/SP, residente e domiciliado a Rua Antonio Lopes Filho, 149 - Jardim Santa Clara - CEP 19025-589 - Presidente Prudente - SP.

MARIA ANGELICA DA SILVA GONÇALVES, brasileira, casada, professora, portadora do CPF 214.424.568-17 e RG 28.633.878 SSP/SP, residente e domiciliada a Rua Antonio Lopes Filho, 149 - Jardim Santa Clara - CEP 19025-589 - Presidente Prudente - SP.

Únicos sócios da Sociedade Limitada **ANDRE GUSTAVO COSTA GONÇALVES & CIA LTDA ME**, constituída por instrumento particular devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE 35225876514 em sessão de 30 de Agosto de 2011, e posterior alteração sendo a última sob o Nº 307.657/14-0 em sessão de 05 de Setembro de 2014, com sede a Rua Antonio Lopes Filho, 149 - Jardim Santa Clara - CEP 19025-589 - Presidente Prudente - SP, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o Nº 14.253.499/0001-53, tem entre si, justo e contratado, alteração do contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1º) A sociedade que tem seu objeto social referente a serviços referente a ensino de esportes, recreações esportivas, aluguel de equipamentos recreativos e esportivos, organização de eventos, feiras, congressos e aulas de música e informática, passa a partir desta data a ter o objeto social referente a **Serviços referente a ensino de esportes e educação física infantil, assessoria, promoção, produção e organização de eventos esportivos, gestão de programas de atividades física (atividades de condicionamento físico) e administração de infraestrutura de lazer pública e privada, atividades de apoio a educação, aulas de dança, atividades de canto e coral, ensino de artes em geral, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, atividades de recreação direcionadas para crianças e adolescentes e idosos, palestras, avaliação e reavaliação física, aulas de ginásticas, aluguel de equipamentos recreativos e esportivos, organização de eventos, feiras e congressos e aulas de música, instrumentos musicais e aulas de informática, concerto de instrumentos musicais e comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios, comércio varejista de livros e papelaria, comércio de brinquedos e artigos recreativos e de artigos esportivos.**

[Assinatura manuscrita]
mcs

[Assinatura manuscrita]
JAG

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

procure no IBGE

Esta página disponibiliza as classificações estatísticas nacionais, para temas selecionados, usadas no sistema estatístico e nos cadastros administrativos do País e as classificações internacionais a elas associadas.

[apresentação](#) | [classificações](#) | [documentação](#) | [busca online](#) | [estruturas](#) | [links](#) | [central de dúvidas](#)

Este sistema de busca permite:

Pesquisar códigos ou atividades econômicas na CNAE. O usuário pode encontrar, a partir da digitação da descrição de uma dada atividade ou de uma palavra-chave, os códigos das classes CNAE ou subclasses CNAE, que contêm as palavras digitadas, ou a partir da especificação de um código, o conjunto de atividades a ele associadas;

Indicar a posição de cada código na estrutura da CNAE, incluindo o desdobramento de subclasses CNAE e as Notas Explicativas de seu conteúdo.

Atividades	Estrutura
classificação	
classe	
CNAE-Subclasses 2.3 ▼	buscar todas as seções

Hierarquia

Seção:	P EDUCAÇÃO
Divisão:	85 EDUCAÇÃO
Grupo:	85.5 Atividades de apoio à educação
Classe:	85.50-3 Atividades de apoio à educação
Subclasse:	8550-3/02 Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares

Notas Explicativas:

Esta subclasse compreende:

- as atividades de gestão, assessoria, consultoria, orientação e assistência prestados ao sistema e ao processo educacional em matérias de planejamento, organização, controle, finanças
- as agências promotoras de integração universidade-empresa que visam a incentivar a pesquisa científica e de inovação tecnológica e o ensino (cursos, treinamentos e seminários) voltado para o desenvolvimento empresarial
- os serviços de testes vocacionais
- os serviços de avaliação educacional

Esta subclasse compreende também:

- as agências promotoras de programas de intercâmbio de estudantes
- as atividades das fundações de apoio à pesquisa ligadas a universidades, exceto na área de saúde

Esta subclasse não compreende:

- a administração de caixas escolares (8550-3/01)
- as atividades das fundações de apoio à pesquisa ligadas a universidades na área de saúde (8660-7/00)

Lista de Descritores

Registros encontrados: 15

Mostrar 10 ▼ registros por página

Código	Descrição
<u>8550-3/02</u>	AGÊNCIAS PROMOTORAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE EMPRESAS E ESCOLAS
<u>8550-3/02</u>	AGÊNCIAS PROMOTORAS DE INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES
<u>8550-3/02</u>	ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
<u>8550-3/02</u>	ASSESSORIA E CONSULTORIA EM PEDAGOGIA
<u>8550-3/02</u>	ASSESSORIA PEDAGÓGICA; SERVIÇOS DE
<u>8550-3/02</u>	ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO; GESTÃO, ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA
<u>8550-3/02</u>	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL; SERVIÇOS DE
<u>8550-3/02</u>	CONSULTORIA EM EDUCAÇÃO
<u>8550-3/02</u>	FUNDAÇÕES DE APOIO A PESQUISAS LIGADAS A UNIVERSIDADES EXCETO NA ÁREA DE SAÚDE
<u>8550-3/02</u>	GESTÃO, ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA PRESTADOS AO SISTEMA E AO PROCESSO EDUCACIONAL; SERVIÇOS DE

Anterior **1** 2 Próximo



P



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.939.684/0001-42 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/03/2002
NOME EMPRESARIAL ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.93-7-00 - Ensino de Idiomas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R RIBEIRO DE BARROS	NÚMERO 262	COMPLEMENTO
CEP 16.200-071	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BIRIGUI
ENDEREÇO ELETRÔNICO e.dlnamico@terra.com.br		UF SP
TELEFONE (18) 3642-2079		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/03/2002
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 14/02/2019 às 09:07:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Handwritten signature

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 04.939.684/0001-42
NOME EMPRESARIAL: ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	AMELIA LOURENCO ROMAO RAMIREZ
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	PEDRO IVO LOURENCO ROMAO RAMIREZ
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 14/02/2019 às 09:08 (data e hora de Brasília).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNA

CNPJ 44.440.832/0001-02

Inscrição Est. - Isento

www.brauna.sp.gov.br

prefeitura@brauna.sp.gov.br

AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 485 – FONE: (18) 3692-9200

CEP 16.290-000 – BRAÚNA – ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATO Nº. 017/2018

Contrato Administrativo para prestação de serviços de empresa qualificada para implantação de projeto de ensino de inglês para alunos do Ensino Infantil e Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Braúna/SP, ministradas nos contra turno, cujo prazo de vigência contratual deverá ser de 12 (doze) meses, bem como, a execução será de 11 (onze) meses.

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de junho do ano de 2018, nesta cidade de Braúna, Comarca de Penápolis, Estado de São Paulo, no prédio da Prefeitura Municipal local, situada no endereço supra, compareceram partes entre si, de um lado, **O MUNICIPIO DE BRAÚNA** - pessoa jurídica de direito público, com sede no endereço supra declinada, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 44.440.832/0001-02, daqui por diante denominado simplesmente "**CONTRATANTE**", neste ato legalmente representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Senhor **Flávio Adalberto Ramos Giussani** – RG. 5.571.782-2 – (SSP/SP), CPF/MF. 700.776.658-72, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, nº. 1280, assistido pelo Procurador do Município o senhor **Rodrigo Duran Vidal**, inscrito OAB nº 172823, e de outro lado a, de outro lado a empresa **Contrera Cursos de Idiomas Eireli EPP**, com sede na Rua João Galo, Nº. 517, Bairro Centro, CEP. 16200-085 na cidade de Birigui, inscrita no CNPJ/MF nº. 00.576.524/0001-25 e Inscrição Estadual nº. 214.142.579.110, representado pela Senhora Sandra Contrera Ferreira, empresária, portadora do RG. Nº. 30.189.688-4 - (SSP), inscrita (o) no CPF/ nº. 215.043.398-27, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Aviador Geraldo Ciciliatti Lopes nº. 210, no Bairro Jd. Stabile, Cep. 16200-706, na cidade de Birigui/SP, doravante denominado de "**CONTRATADA**", tendo em vista a homologação do objeto da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 016/2018, pelo Prefeito Municipal, celebram entre si, na melhor forma de direito público e das disposições de direito privado, o presente contrato, o qual se regerá pela Lei Federal nº. 8.666/93, ficando vinculado ao edital do Pregão Presencial nº. 016/2018 Processo Licitatório/Protocolo nº. 393/2018 e à proposta da contratada, pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto

Constitui objeto do presente contrato a Contratação de empresa qualificada para implantação de projeto de ensino de inglês para alunos do Ensino Infantil e Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Braúna/SP, ministradas nos contra turno, cujo prazo de vigência contratual deverá ser de 12 (doze) meses, bem como, a execução será de 11 (onze) meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNA

CNPJ 44.440.832/0001-02

Inscrição Est. - Isento

www.brauna.sp.gov.br

prefeitura@brauna.sp.gov.br

AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 485 – FONE: (18) 3692-9200

CEP 16.290-000 – BRAÚNA – ESTADO DE SÃO PAULO

1. Das Características do Serviço:

PROJETO PEDAGÓGICO	Quantidade
A empresa participante deverá apresentar um Projeto Pedagógico, a ser executado por profissional formado em ensino superior com licenciatura em língua estrangeira inglês que deverá conter especificações detalhadas sobre a aplicação das aulas de inglês, obedecendo o tempo de 1:00h semanal por turma, em salas de aula das unidades escolares da rede municipal de ensino no período contrário atendendo a alunos do Ensino Infantil (Etapa I e Etapa II) e do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e deverá conter detalhamento da execução do projeto.	
PLANO DE ENSINO	Quantidade
A empresa participante deverá apresentar um Plano de Ensino, que deve ter como base o Plano Pedagógico e tem que apontar detalhes específicos das aulas: o que será feito (objetivos, eixo temático, fase metodológica), como será executado (recursos e abordagens didáticas), em que quantidade de tempo e quem se envolverá nessas atividades e como serão realizadas as atividades de avaliação.	
MATERIAL DIDÁTICO DO ALUNO	Quantidade
Material composto por Livro Didático Colorido, com encadernação que permita montagem por fases/lições; que tenha personagens infantis conforme as faixas etárias dos alunos em situações contextualizadas e que seja acompanhado de 1 mídia/aplicativo para <i>tablet</i> e <i>smartphone</i> /plataforma <i>on line</i> que contenha as lições do livro do aluno(a). Este material deverá oferecer um modelo de avaliação individual, sendo no mínimo um por semestre.	Ensino Infantil 132 Alunos. Ensino Fundamental 325 alunos. Total: 457 alunos
MATERIAL DIDÁTICO DA EQUIPE PEDAGÓGICA	Quantidade
Livro/apostila para o professor, com detalhamento de cada etapa metodológica, ferramentas didáticas, jogos, músicas, ilustrações e respostas dos exercícios (referentes a todas as lições do livro do aluno); Mídia (DVD) que mostre imagens, áudios, músicas interativas, animações das histórias e clipes; Plano de Aula por turma, que contenha sugestões de atividades para datas comemorativas.	01 exemplar para Etapa I 01 exemplar para Etapa II 01 exemplar para 1º Ano 01 exemplar para 2º Ano 01 exemplar para 3º Ano 01 exemplar para 4º Ano 01 exemplar para 5º Ano
ESTRUTURA/DEMANDA	
EMEB MARIA GORETI - ENSINO INFANTIL	QUANTIDADE DE AULA
ETAPA I PRÉ-ESCOLA A INTEGRAL	01 Aula Tarde
ETAPA I PRÉ-ESCOLA B INTEGRAL	01 Aula Tarde
ETAPA I PRÉ-ESCOLA C INTEGRAL	01 Aula Tarde
ETAPA I PRÉ-ESCOLA TARDE	01 Aula Manhã
ETAPA II PRÉ-ESCOLA A INTEGRAL	01 Aula Tarde
ETAPA II PRÉ-ESCOLA B INTEGRAL	01 Aula Tarde
ETAPA II PRÉ-ESCOLA C MANHÃ	01 Aula Tarde
ETAPA II PRÉ-ESCOLA D TARDE	01 Aula Manhã
EMEF ADOLFO HECHT - ENSINO FUNDAMENTAL	QUANTIDADE DE AULA
1º ANO A MANHÃ	01 Aula Tarde
1º ANO B MANHÃ	01 Aula Tarde
1º ANO C TARDE	01 Aula Manhã
2º ANO A MANHÃ	01 Aula Tarde
2º ANO B MANHÃ	01 Aula Tarde
3º ANO A MANHÃ	01 Aula Tarde
3º ANO B MANHÃ	01 Aula Tarde
3º ANO C TARDE	01 Aula Manhã
4º ANO A MANHÃ	01 Aula Tarde
4º ANO B MANHÃ	01 Aula Tarde
4º ANO C TARDE	01 Aula Manhã
5º ANO A MANHÃ	01 Aula Tarde
5º ANO B MANHÃ	01 Aula Tarde
5º ANO C TARDE	01 Aula Manhã
TOTAL: EMEB MARIA GORETI - ENSINO INFANTIL	08 Aulas 1:00h



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNA

CNPJ 44.440.832/0001-02

Inscrição Est. - Isento

www.brauna.sp.gov.br

prefeitura@brauna.sp.gov.br

AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 485 – FONE: (18) 3692-9200

CEP 16.290-000 – BRAÚNA – ESTADO DE SÃO PAULO

MANHA	02 Aulas 1:00h
TARDE	06 Aulas 1:00h
TOTAL: EMEF ADOLFO HECHT – ENSINO FUNDAMENTAL	14 Aulas 1:00h
MANHA	04 Aulas 1:00h
TARDE	10 Aulas 1:00h

O serviço objeto do contrato será recebido pela CONTRATANTE, nos termos da Lei 8.666/93 no inciso I de seu artigo 73:

- a) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contrato;
- b) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da natureza jurídica

A natureza jurídica do presente contrato é a de prestação de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da execução do Objeto

O serviço descrito na cláusula primeira deverá ser executado em conformidade com as especificações estabelecidas no instrumento convocatório da licitação e neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA: Do valor e forma de pagamento

Pela execução do serviço objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de **R\$ 220.000,00 (Duzentos e Vinte Mil Reais)**, conforme serviço realizado e de acordo com o que foi vencedor na licitação em 12 (doze) parcelas.

1. Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS, relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço; assim como a apresentação de comprovantes de cumprimento das obrigações trabalhistas; e, também de apresentação respectivamente de cópias de carteira de trabalho dos funcionários envolvidos na prestação de serviços e da guia de informação à Previdência Social – GFIP mensal.

2. Ocorrendo atraso no pagamento, superior ao prazo estimado, a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*, mais correção pelo INPC do período ou outro índice que vier a substituí-lo.

3. Serão processadas as retenções previdenciárias e fiscais, quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

CLÁUSULA QUINTA: Dos acréscimos e/ou supressões:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente CONTRATO, dentro dos limites previstos do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNA

CNPJ 44.440.832/0001-02 Inscrição Est. - Isento
www.brauna.sp.gov.br prefeitura@brauna.sp.gov.br
AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 485 – FONE: (18) 3692-9200
CEP 16.290-000 – BRAÚNA – ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEXTA: Da vigência

O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses, iniciando-se a contar de sua assinatura.

O presente contrato terá vigência de 12(doze) meses, contados de **01/08/2.018** à **31/07/2019**, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57 e 65, da lei 8666/93 por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60(sessenta) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da dotação orçamentária

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 – EXECUTIVO

020600 – Departamento de Educação

12.361.0013.2026.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 156.455,14.

Recurso: 0143

02 – EXECUTIVO

020600 – Departamento de Educação

12.365.0016.2029.0000 – Manutenção do Ensino Infantil

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 63.544,86.

Recurso: 0181

CLÁUSULA OITAVA: Da fiscalização

O acompanhamento e a fiscalização do contrato será executado pela Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA NONA: Das obrigações

1 - As partes obrigam-se cumprir rigorosamente todas as cláusulas contratuais, sendo que, caso ocorra a incidência de ato estranho contrário às múltiplas relações obrigacionais a que ambas as partes estão sujeitas, e que por ventura não conste no teor deste documento, a solução deverá ser obtida inicialmente com base no edital e posteriormente na lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

2- A **CONTRATADA** se obriga a:

I – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

II – executar os serviços de acordo com os prazos e cronogramas estabelecidos;

III – a refazer as suas expensas, quaisquer serviços executados em desobediência às Normas Técnicas vigentes;

IV – cumprir e fazer cumprir toda as Normas Regulamentadoras sobre a Medicina e Segurança do Trabalho;

V- responsabilizar-se pelas obrigações, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e acidentárias decorrentes deste contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAUNA

CNPJ 44.440.832/0001-02

Inscrição Est. - Isento

www.brauna.sp.gov.br

prefeitura@brauna.sp.gov.br

AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 485 – FONE: (18) 3692-9200

CEP 16.290-000 – BRAUNA – ESTADO DE SÃO PAULO

3. O MUNICÍPIO obriga-se a:

I – exercer a fiscalização da execução dos serviços, que será realizada pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Social;

II – efetuar, com pontualidade, os pagamentos relativos aos serviços executados.

III - Ocorrendo atraso no pagamento, a CONTRATADA será compensada com juros de 0,5% ao mês, mais correção monetária com base no INPC, proporcional ao período do atraso, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA: Do inadimplemento

Em caso de inadimplemento contratual pela Contratada ou descumprimento deste contrato, ficará sujeita a multa de 10% (dez) por cento do valor total do presente, sem prejuízo da ação de perdas e danos a quem der causa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: do Reequilíbrio Econômico-financeiro e Do Reajuste

1 – Os preços contratados não sofrerão reajuste durante a vigência do contrato, salvo ocorrer as hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8666/93, onde será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Da inexecução do contrato e das penalidades

A **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de não cumprimento do contrato, às seguintes penalidades, garantido o direito de ampla defesa:

a) deixar de apresentar documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 06 (seis) meses e multa de 2% sobre o valor do último lance ofertado;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) não mantiver a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

d) executar o contrato com irregularidades, porém passíveis de correção durante a execução sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado: multa de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado inexecução contratual;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNA

CNPJ 44.440.832/0001-02

Inscrição Est. - Isento

www.brauna.sp.gov.br

prefeitura@brauna.sp.gov.br

AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 485 – FONE: (18) 3692-9200

CEP 16.290-000 – BRAÚNA – ESTADO DE SÃO PAULO

contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 12 % sobre o valor atualizado do contrato;

1 - As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

2 - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3 - A aplicação das sanções aqui previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei 8.666/93, inclusive a responsabilização do Contratado por eventuais perdas e danos causados à administração;

4 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pelo município, através do órgão responsável pelo recebimento das mercadorias;

5 - Caso não houver quitação da multa, o valor a ela referente será retido no pagamento a que o licitante fizer jus;

6 - Não havendo crédito ou não havendo o pagamento, a multa será convertida em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei;

7 - As multas e outras sanções só poderão ser aplicadas se observado e assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa;

8 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente com multa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9 - As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Da rescisão do contrato

1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, ficando reconhecidos os direitos da Administração decorrentes do ato.

2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, artigo 78, da Lei nº 8666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

3. Constituirão, também, motivos para rescisão do contrato, na forma do que preceitua o art. 78 da Lei nº 8.666/93, independentemente da conclusão de seu prazo:

- a) Não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) Transferência parcial ou total do contrato para terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNA

CNPJ 44.440.832/0001-02 Inscrição Est. - Isento
www.brauna.sp.gov.br prefeitura@brauna.sp.gov.br
AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 485 – FONE: (18) 3692-9200
CEP 16.290-000 – BRAÚNA – ESTADO DE SÃO PAULO

- d) Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
- e) Falta grave a Juízo do Município;
- f) Abandono total ou parcial do contrato;
- g) Cometimento reiterado de irregularidades na prestação de serviços;
- h) Decretação de falência, o pedido de concordata ou instauração da insolvência civil da empresa licitante;
- i) Dissolução da sociedade;
- j) Alteração social ou modificação da finalidade ou de estrutura da empresa que, a juízo do contratante, prejudique a entrega dos materiais;
- k) Demonstração de incapacidade técnica, econômica ou operacional necessária à adequada a prestação de serviços;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância a amplo conhecimento;
- m) A ocorrência de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- n) Descumprimento do inciso V, do art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- o) Descumprimento, pela CONTRATADA, das penalidades impostas pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO

O presente contrato ficará vinculado ao Edital de licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 016/2018, e à proposta do licitante vencedor e na sua execução serão aplicáveis ao contrato às normas da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e da Lei n.º 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação resumida deste instrumento, no jornal de circulação local da cidade de Araçatuba/SP – LR1, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Penápolis para dirimir eventuais dúvidas emergentes do presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando as partes justas e avindas, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Braúna/SP, 01 de agosto de 2018.

Este CONTRATO se encontra examinado e aprovado.

Em _____ - _____ - _____.

Rodrigo Duran Vidal
Procurador Jurídico
OAB n.º 172823

FLAVIO ADALBERTO RAMOS GIUSSANI
Prefeito Municipal

CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI EPP

SANDRA CONTRERA FERREIRA

-----Representante Legal

CONTRATADA

P



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNA

CNPJ 44.440.832/0001-02 Inscrição Est. - Isento
www.brauna.sp.gov.br prefeitura@brauna.sp.gov.br
AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 485 - FONE: (18) 3692-9200
CEP 16.290-000 - BRAÚNA - ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAÚNA/SP

CONTRATADA: CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI EPP
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2018 E PROCESSO/PROTOCOLO Nº. 393/2018
CONTRATO Nº. 017/2018

ADVOGADO: Procurador Jurídico do município Dr. RODRIGO DURAN VIDAL - OAB/SP 172.823

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa qualificada para implantação de projeto de ensino de inglês para alunos do Ensino Infantil Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Braúna/SP, ministradas nos contra turno, cujo prazo de vigência contratual deverá ser de 12 (doze) meses, bem como, a execução será de 11 (onze) meses.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Braúna/SP, 01 de agosto de 2018.

CONTRATANTE

FLÁVIO ADALBERTO RAMOS GIUSSANI - Prefeito Municipal

E-mail institucional: prefeitura@brauna.sp.gov.br

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____

CONTRATADA

SANDRA CONTRERA FERREIRA - Empresário

E-mail institucional: ccaa.birigui@terra.com.br

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____